

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO  
GROSSO DO SUL - MSGÁS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e conselheiros da  
Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS  
Campo Grande - MS

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS, ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 17 de fevereiro de 2025.

# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

CNPJ: 02.741.679/0001-03



## Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		191.678	205.440	Circulante		153.000	144.132
Caixa e equivalentes de caixa	4	76.575	94.301	Fornecedores	10	46.435	55.115
Contas a receber	5	66.591	75.371	Empréstimos e Financiamentos	11	4.922	4.901
Estoques		1.903	1.820	Obrigações fiscais	12	7.569	3.545
Adiantamentos a fornecedor	6	32.365	30.846	Obrigações sociais	13	7.720	6.206
Impostos a recuperar	7	3.612	2.147	Adiantamentos de clientes	14	85.371	70.364
Outros créditos		10.632	955	Dividendos a pagar	16	-	2.989
Não circulante		153.550	144.846	Passivo de arrendamento		722	586
Impostos a recuperar	7	437	219	Outras contas a pagar		261	426
Impostos diferidos	8	11.496	11.846	Não circulante		3.545	9.358
Outros créditos		53	40	Empréstimos e financiamentos	11	-	4.905
Intangível	9	95.814	96.973	Adiantamentos de clientes	14	621	1.123
Ativo financeiro - concessão	9	43.243	32.419	Provisões legais e judiciais	17	-	54
Ativo de direito de uso		2.507	3.349	Passivo de Arrendamento		2.039	2.888
				Outras contas a pagar		885	388
				Patrimônio líquido	18	188.683	196.796
				Capital social	18a	78.340	78.340
				Reserva legal	18b	15.668	15.260
				Reserva de lucros	18b	94.675	103.196
Total do ativo		345.228	350.286	Total do passivo e patrimônio líquido		345.228	350.286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita			
Receita operacional líquida	19	489.230	552.440
Custos dos produtos vendidos	20	(414.835)	(466.359)
Lucro bruto		74.395	86.081
Receita de construção de infraestrutura		19.350	12.375
Custos de construção de infraestrutura		(19.350)	(12.375)
Lucro bruto após construção da infraestrutura (ICPC 01)		74.395	86.081
Despesas operacionais			
Despesas comerciais		(3.183)	(3.478)
Despesas administrativas e gerais	21	(36.550)	(36.502)
Outras receitas operacionais	22	17.089	21.726
		(22.644)	(18.254)
Resultado antes do resultado financeiro		51.751	67.827
Resultado financeiro líquido	23	10.442	9.301
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro		62.193	77.128
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido		(4.308)	(5.625)
Provisão para Imposto de renda pessoa jurídica		(11.984)	(15.642)
Provisão para CS Diferida		(93)	(290)
Provisão para IR Diferido		(257)	(582)
Provisão de IRPJ e CSLL		(16.642)	(22.139)
Lucro líquido do exercício antes das participações		45.551	54.989
Participação no resultado - Empregados		(2.062)	(1.191)
Participação no lucro - Administradores		-	(168)
		(2.062)	(1.359)
Lucro líquido do exercício		43.489	53.630
Número de ações do capital social		78.340	78.340
Lucro líquido por ação do capital em Reais (R\$)		0,56	0,68

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do exercício	43.489	53.630
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>43.489</u>	<u>53.630</u>
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas	<u>43.489</u>	<u>53.630</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

CNPJ: 02.741.679/0001-03



## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	61.610	12.322	97.194	-	171.126
Integralização do capital social	16.730	-	(16.730)	-	-
Lucro líquido do exercício após reversão dos JSCP	-	-	-	53.630	53.630
Juros sobre Capital Próprio (JSCP)	-	-	-	(10.521)	(10.521)
Reserva legal	-	2.938	(256)	(2.682)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	37.438	(37.438)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(14.450)	(2.989)	(17.439)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>78.340</u>	<u>15.260</u>	<u>103.196</u>	<u>-</u>	<u>196.796</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024	78.340	15.260	103.196	-	196.796
Lucro líquido do exercício após reversão dos JSCP	-	-	-	43.490	43.490
Juros sobre Capital Próprio (JSCP)	-	-	-	(11.485)	(11.485)
Reserva legal	-	408	-	(408)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	31.597	(31.597)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(40.118)	-	(40.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>78.340</u>	<u>15.668</u>	<u>94.675</u>	<u>-</u>	<u>188.683</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto  
Exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes da provisão para IRPJ e CSLL	62.193	77.128
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Amortização sobre intangível	19.745	18.646
Amortização sobre direito de uso	842	717
Amortização sobre baixa de ativos	(1.004)	-
Participação nos lucros de empregados e administradores	(2.062)	(1.359)
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(872)
Atualização dividendos	2.683	2.479
Variações dos ativos e passivos operacionais	82.397	96.739
(Aumento)/Redução em contas a receber	8.780	31.493
(Aumento)/Redução em estoques	(83)	149
(Aumento)/Redução em Adiantamentos a fornecedores	(1.519)	-
(Aumento)/Redução em impostos a recuperar	(1.683)	2.122
(Aumento)/Redução em outros créditos	(9.690)	(31.273)
(Aumento)/Redução em partes relacionadas	-	(4)
(Aumento)/Redução em Ativo financeiro - concessão	(10.824)	934
(Aumento)/Redução em fornecedores	(8.680)	(23.513)
(Aumento)/Redução em obrigações fiscais e sociais	5.538	(6.237)
(Aumento)/Redução em adiantamento de clientes	14.505	47.294
(Aumento)/Redução em outros passivos circulantes	332	(445)
(Aumento)/Redução em contingências	(54)	-
Total das variações de ativos e passivos	(3.378)	20.520
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(16.292)	(21.267)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(844)	(773)
Disponibilidades Líquidas geradas pelas atividades operacionais	61.883	95.219
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições em ativo intangível	(25.298)	(28.943)
Baixa do ativo intangível	7.717	-
Disponibilidades Líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(17.581)	(28.943)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de financiamentos (principal)	(4.884)	(4.795)
Arrendamento - aluguel	(713)	(669)
Juros sobre capital próprio	(10.641)	(9.748)
Dividendos	(45.790)	(24.280)
Disponibilidades Líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos	(62.028)	(39.492)
(Redução)/aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(17.726)	26.784
Variação líquida no exercício		
Disponibilidades no início do exercício	94.301	67.517
Disponibilidades no final do exercício	76.575	94.301
(Redução)/aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(17.726)	26.784

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

CNPJ: 02.741.679/0001-03



## Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/24	31/12/23
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	649.694	714.548
Outras receitas operacionais	27.877	35.588
Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(5)	(176)
Conta gráfica	(457)	-
	<u>677.109</u>	<u>749.960</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(512.818)	(573.887)
Outros custos de produtos e serviços vendidos	(3.653)	(15.364)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(11.432)	(10.245)
	<u>(527.903)</u>	<u>(599.496)</u>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<u>149.206</u>	<u>150.464</u>
Retenções		
Amortização	(18.900)	(17.759)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela companhia</b>	<u>130.306</u>	<u>132.705</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.256	14.546
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<u>145.562</u>	<u>147.251</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	30.766	29.331
Impostos, taxas e contribuições	67.163	58.936
Doações	10	55
Aluguéis	29	54
Juros e encargos financeiros	4.104	5.245
Lucro (Prejuízo) adicionado	43.490	53.630
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>145.562</u>	<u>147.251</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS ("Companhia") foi constituída com base na Lei Estadual nº 1.854 de 21 de maio de 1998, alterada pela Lei Estadual nº 2.865 de 07 de julho de 2004, sob a forma de sociedade por ações. A Companhia é uma Sociedade de economia mista, e seus objetivos são: executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, exploração, produção, aquisição, armazenamento, produção e comercialização independente de energia elétrica, transporte, transmissão, importação, exportação, fabricação e montagem de componentes necessários ao suprimento do mercado de gás; distribuição, comercialização e transporte de gás natural e/ou subprodutos e derivados, bem como atuação na área de serviços de transmissão de dados, imagens e informações, por meio da implantação de rede de telecomunicações juntamente com a rede de distribuição de gás natural. A Companhia deu início à fase pré-operacional em julho de 1998 e foi até maio de 2001, iniciando suas atividades operacionais em 01 de junho de 2001.

A Companhia tem a concessão exclusiva para distribuição de gás natural em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos a partir de 29 de agosto de 1998, podendo ser prorrogado por até igual período.

Ao final da concessão, por decurso de prazo, todos os bens da concessionária serão revertidos ao Estado de Mato Grosso do Sul (concedente) e a concessionária será indenizada pelo valor dos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão, atualizados monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em caso de extinção da concessão, por expiração do prazo, encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da Companhia, a concessionária será indenizada à vista e em dinheiro, pelos serviços, obras, imóveis, benfeitorias, equipamentos, redes de canalização, medidores, e todos os demais bens de seu ativo, atualizados monetariamente, capitalizados até o dia do efetivo pagamento pela variação do Índice Geral de Preços (IGP).

Na hipótese em que a extinção não decorra de fatos imputáveis à concessionária, será esta, ainda, indenizada por perdas e danos e todos os prejuízos sofridos com a extinção, notadamente pelos lucros cessantes e danos emergentes, tudo atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As tarifas são propostas pela concessionária e aprovadas pela concedente, que também é responsável por homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas.

A Companhia está ampliando a rede de distribuição de gás natural em Campo Grande e Três Lagoas para abastecer os segmentos: residencial, comercial, industrial e automotivo.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela administração em 17 de fevereiro de 2025.

### 2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos adiantamentos de clientes e adiantamentos a fornecedores, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações, incluem, portanto, estimativas da vida útil dos bens do ativo imobilizado, cálculo de valor justo, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Sendo ainda utilizado estimativa na mensuração do Ativo Financeiro, decorrente da parcela não recuperável dos investimentos realizados pela Companhia e não recuperados no período de concessão.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### 3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

#### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### 3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e somente quando, a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros são classificados e mensurados de acordo com CPC 48 - Instrumentos financeiros, sendo: pelo método de custo amortizado, ou a valor justo por meio do resultado ou ainda a valor justo por meio de resultados abrangentes.

##### Custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e que não são destinados a comercialização.

##### Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros que não podem ser classificados por nenhuma das categorias citadas acima.

##### Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto assim como pela sua comercialização.

i. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento, com base no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, crédito nas operações de compra de gás.

Reversão do reconhecimento do Ativo Financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Reversão do reconhecimento do Passivo Financeiro

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.3. Concessões - Ativo financeiro

A Companhia possui contrato de concessão por 30 anos, vigente no período de 29 de julho de 1998 a 28 de julho de 2028, para exploração da atividade de distribuição de gás natural por meio de gasodutos em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Para os investimentos realizados nos últimos dez anos da concessão, iniciado em 29 de julho de 2018, a Companhia reconhece como "Ativo financeiro", o crédito a receber previsto no contrato firmado com o poder concedente, visto que possui o direito incondicional de receber indenização ao fim do contrato, referente aos bens edificados e não recuperados por meio da utilização operacional dos bens. Esses Ativos financeiros estão registrados pelo valor do direito R\$ 43.243 (R\$ 32.419 em 2023) os quais são atualizados com base na taxa contratual do IGP-DI, e irão compor a base de indenização.

#### 3.4. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débito nas operações de venda de gás e distribuição, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

#### 3.5. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

#### 3.6. Direito de Uso/Arrendamento CPC 06(R2)

A Companhia segue a norma do CPC 06 (R2) e foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, com o objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro, especialmente quanto ao aluguel da sede.

#### 3.7. Intangível

Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelo sistema de distribuição de gás natural em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 9).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos, os quais são remunerados via tarifa definido no contrato de concessão. O método de amortização utilizado pela Companhia, reflete o padrão de consumo descrito no contrato de concessão, para a formação de tarifa, sendo 10 anos.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento são classificadas no ativo intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas redes de distribuição foram capitalizados como parte de seus custos.

### 3.8. Redução ao valor recuperável (impairment)

#### a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui provisão de redução para perda do valor recuperável constituído sobre seus ativos intangíveis.

### 3.9. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### Receita de serviços

As receitas de vendas decorrem da comercialização e distribuição de gás natural canalizado, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação as práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

### 3.10. Benefícios a empregados

A Companhia não dispõe de plano de benefício pós-emprego.

### 3.11. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

### 3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar, sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

### 3.14. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP, aplicável somente às Companhias abertas.

### 3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

#### a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial;
- Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	1.522	96
Aplicações financeiras	75.053	94.205
	<u>76.575</u>	<u>94.301</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 24.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

As aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez diária, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco. As aplicações possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade e, em 31 de dezembro de 2024 e em 2023, não possui nenhuma operação objeto de swap em sua carteira.

As aplicações financeiras em CDB e Fundo DI são remuneradas por taxas variáveis, referenciadas ao CDI em média 101% (95% do CDI em 2023) tendo como emissores bancos oficiais.

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados.

5. Contas a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Clientes	49.556	58.501
Vendas incorridas e não faturadas (a)	17.051	16.893
	<u>66.607</u>	<u>75.394</u>
(-) Provisão para perdas esperadas	(16)	(23)
	<u>66.591</u>	<u>75.371</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Clientes		
A vencer	49.207	58.182
Vencido de 01 a 30 dias	325	260
Vencido de 31 a 60 dias	13	46
Vencido de 61 a 90 dias	3	3
Vencido de 91 a 180 dias	8	10
	<u>49.556</u>	<u>58.501</u>

(a) Refere-se a parcela do fornecimento do gás no mês, no qual a medição e faturamento ainda não foram efetuados, mas estimados no balanço para fins de competência.

Provisão para perdas esperadas

A Companhia desenvolveu um índice de perdas/histórico para aplicar sobre o contas a receber, o estudo realizado pela Companhia engloba o valor das perdas efetivas nos últimos três exercícios (2021, 2022 e 2023) somados a inadimplência dos títulos em aberto a mais de 180 dias até 31 de dezembro de 2023, comparados com o faturamento total no mesmo período, o índice obtido foi aplicado sobre o faturamento de dezembro de 2024, para constituir a provisão para perdas esperadas no recebimento de créditos.

## COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### Partes Relacionadas

A Companhia tem operações de venda de GN com órgãos estaduais classificados com Partes Relacionadas bem como Reembolso da remuneração de Diretor cedido pelo sócio. Existem saldos de partes relacionadas juntamente com o saldo de clientes.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Estado de Mato Grosso do Sul	84	-	63	1.525
Secretaria de Educação (cliente)	19	-	2	-
Fundação de Saúde (cliente)	65	-	61	-
Dividendos (Nota Explicativa nº 16)	-	-	-	1.525
Commit Gás S.A.	-	48	-	1.512
Reembolso remuneração diretor	-	48	-	48
Dividendos (Nota Explicativa nº 16)	-	-	-	1.464
	<u>84</u>	<u>48</u>	<u>63</u>	<u>3.037</u>

### Remuneração dos administradores e diretores

Em 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 2.168 (em 2023, R\$ 2.124).

### 6. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Petróleo Brasileiro S.A. (a)	<u>32.365</u>	<u>30.846</u>
	<u>32.365</u>	<u>30.846</u>

- (a) A Companhia mantém contrato com o supridor no qual há previsão de adiantamento de gás natural pago e não retirado quando a QDC mínima não é atingida, com controle de volume em m3 x tarifa aplicável no mês correspondente, com regra de compensação pelo período de 120 dias após o encerramento do contrato.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

7. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CSLL	612	291
IRPJ	1.831	827
ICMS	671	352
Outros	935	896
	<u>4.049</u>	<u>2.366</u>
Circulante	3.612	2.147
Não Circulante	437	219

8. Impostos diferidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para perdas esperadas	6	8
Ajustes a valor justo adiantamentos de clientes	1.600	1.918
Impairment sobre intangível	9.890	9.890
Provisão para perdas ações judiciais	-	30
	<u>11.496</u>	<u>11.846</u>

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

As movimentações dos impostos diferidos ocorreram da seguinte forma:

	<u>Ativo</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2023	13.001
(-) Diminuição	(1.409)
(+) Aumento	254
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>11.846</u>
(-) Diminuição	(1.099)
(+) Aumento	749
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>11.496</u>

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

9. Intangível

(a) Custo/ativos intangíveis:

	Saldo líquido 31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Saldo líquido 31/12/2024
Terrenos	1.300	-	-	-	1.300
Edificações, obras e benfeitorias	7.834	726	-	-	8.560
Máquinas e equipamentos	2.600	134	-	(17)	2.717
Veículos	4.063	22	-	(703)	3.382
Móveis e utensílios	2.354	-	-	(60)	2.294
Computadores e periféricos	7.350	85	-	(340)	7.095
Softwares	5.250	981	-	(22)	6.209
Sistema de distribuição de gás natural	314.123	435	11.404	-	325.962
(-) Impairment sist.de dist.de gás natural	(29.089)	-	-	-	(29.089)
	<u>315.785</u>	<u>2.383</u>	<u>11.404</u>	<u>(1.142)</u>	<u>328.430</u>
Amortização					
Edificações, obras e benfeitorias	(2.511)	(710)	-	-	(3.221)
Máquinas e equipamentos	(1.131)	(211)	-	17	(1.325)
Veículos	(1.173)	(404)	-	593	(984)
Móveis e utensílios	(1.663)	(155)	-	59	(1.759)
Computadores e periféricos	(3.865)	(545)	-	335	(4.075)
Softwares	(3.490)	(325)	-	-	(3.815)
Sistema de distribuição de gás natural	(201.443)	(17.395)	-	-	(218.837)
	<u>(215.276)</u>	<u>(19.745)</u>	<u>-</u>	<u>1.004</u>	<u>(234.016)</u>
Obras em andamento					
Sistema de distribuição de gás natural	13.842	22.631	(2.051)	-	34.421
Adiantamento para aquisição de intangível	6.441	742	-	(6.575)	608
Almoxarifado de projetos	7.516	8.014	(9.353)	-	6.177
	<u>27.799</u>	<u>31.387</u>	<u>(11.404)</u>	<u>(6.575)</u>	<u>41.206</u>
Ativo financeiro	(31.693)	(8.472)	-	-	(40.164)
Subvenção governamental	358	-	-	-	358
	<u>96.973</u>	<u>5.553</u>	<u>-</u>	<u>(6.712)</u>	<u>95.814</u>

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

(b) Custo/ativos intangíveis:

	Saldo líquido 1º/01/2023	Adições	Transferências	Baixas	Saldo líquido 31/12/2023
Terrenos	1.300	-	-	-	1.300
Edificações, obras e benfeitorias	7.593	241	-	-	7.834
Máquinas e equipamentos	1.712	888	-	-	2.600
Veículos	1.898	2.165	-	-	4.063
Móveis e utensílios	2.286	68	-	-	2.354
Computadores e periféricos	6.656	694	-	-	7.350
Softwares	4.886	364	-	-	5.250
Sistema de distribuição de gás natural	297.888	693	15.542	-	314.123
(-) Impairment sist.de dist.de gás natural	(29.089)	-	-	-	(29.089)
	<u>295.129</u>	<u>5.113</u>	<u>15.542</u>	<u>-</u>	<u>315.785</u>
Amortização					
Edificações, obras e benfeitorias	(1.819)	(692)	-	-	(2.511)
Máquinas e equipamentos	(990)	(141)	-	-	(1.131)
Veículos	(951)	(222)	-	-	(1.173)
Móveis e utensílios	(1.503)	(160)	-	-	(1.663)
Computadores e periféricos	(3.353)	(512)	-	-	(3.865)
Softwares	(3.227)	(263)	-	-	(3.490)
Sistema de distribuição de gás natural	(184.787)	(16.656)	-	-	(201.443)
	<u>(196.630)</u>	<u>(18.646)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(215.276)</u>
Obras em andamento					
Sistema de distribuição de gás natural	12.792	14.302	(13.252)	-	13.842
Adiantamento para aquisição de intangível	-	6.441	-	-	6.441
Almoxarifado de projetos	6.719	3.087	(2.290)	-	7.516
	<u>19.511</u>	<u>23.830</u>	<u>(15.542)</u>	<u>-</u>	<u>27.799</u>
Ativo financeiro	(21.667)	(10.026)	-	-	(31.693)
Subvenção governamental	358	-	-	-	358
	<u>96.701</u>	<u>71</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>96.973</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

A Companhia entende que o prazo de vida útil dos ativos intangíveis em concessão, classificados conforme art. 179 item VI em atendimento ao artigo 176 sendo ambos os artigos da Lei nº 6.404 de 14 de dezembro de 1976, é de 10 anos conforme a taxa de amortização de 10%a.a., prevista no contrato de concessão. O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de distribuição de gás natural canalizado e demais compras de bens móveis e foram reconhecidos pela diferença entre o total dos investimentos realizados, em fase de produção, e o valor reconhecido como “Ativo financeiro”.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo Financeiro	40.163	31.693
Atualização monetária	3.079	726
	<u>43.242</u>	<u>32.418</u>

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado um Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, em um prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência delas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

A partir de 2008, com o advento da Lei nº 11.638/07, a Companhia vem realizando estudos visando à avaliação da provisão constituída, adotando-se o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia adota a taxa IGP-DI para ajustar ao valor presente o seu ativo financeiro, a taxa é divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Companhia aplica a referida taxa, a qual está definida no contrato de concessão para remuneração dos investimentos efetuados nos últimos 10 (dez) anos da concessão.

## 10. Fornecedores

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores de gás natural	43.734	46.063
Fornecedores diversos	2.701	9.052
	<u>46.435</u>	<u>55.115</u>

A Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), é a única fornecedora de gás natural canalizado na região da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco do Brasil/FCO	4.922	9.806
	<u>4.922</u>	<u>9.806</u>
Circulante	4.922	4.901
Não Circulante	-	4.905

Os financiamentos com recursos do Banco do Brasil em linha com FCO e destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de distribuição de gás natural canalizado cujo contrato tem vencimento previsto para 1º de dezembro de 2025 e é atualizado pela taxa de 4,12% a.a. sendo que há redução de 15% por adimplência, resultando em uma taxa efetiva de 3,5% a.a.

O vencimento do empréstimo e financiamento em 2025 corresponde ao ativo circulante, sendo que o vencimento da última parcela será em 1º de dezembro de 2025.

Garantia

O empréstimo de FCO do Banco do Brasil está garantido por títulos vencíveis no percentual de 112% do saldo devedor, enviados em cobrança mensalmente via boletos bancários emitidos na MODALIDADE CARTEIRA 17 no próprio Banco do Brasil.

12. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF	585	572
IRPJ	2.406	-
CSRF	46	60
CSLL	1.073	271
PIS	283	138
COFINS	1.320	648
ICMS	1.741	1.763
ISSRF	99	78
ISS	15	14
Impostos e Taxas	1	1
	<u>7.569</u>	<u>3.545</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Obrigações sociais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de férias e encargos	4.547	4.115
Participação nos lucros e resultados	3.173	2.091
	<u>7.720</u>	<u>6.206</u>

14. Adiantamento de clientes

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamentos de clientes	81.287	65.897
Ajustes a valor justo	4.705	5.590
	<u>85.992</u>	<u>71.487</u>
Circulante	85.371	70.364
Não circulante	621	1.123

Débitos nas operações de venda de gás e distribuição e ajuste a valor justo

O saldo de adiantamentos nas operações de venda de gás e distribuição, R\$ 81.287 (R\$ 65.897 em 2023), se referem ao saldo das operações comerciais. Quanto ao saldo de ajuste a valor justo sobre débitos nas operações de gás e distribuição, R\$ 4.705 (R\$ 5.590 em 2023) se refere ao ajuste a valor justo dos débitos gerados pelas operações comerciais realizadas com clientes.

15. Juros sobre capital próprio

Em 2024, a Companhia atribuiu créditos aos seus acionistas no valor de R\$ 11.485 (em 2023, R\$ 10.521), os quais foram pagos dentro de cada ano, referente a juros sobre capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e legislação pertinente.

Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios, foi aprovada pela Companhia, está assim realizada: Estado de Mato Grosso do Sul R\$ 5.858 e Commit Gás S.A. R\$ 5.627 e pago em 2024 (R\$ 5.366 e R\$ 5.155 pago em 2023).

Os juros foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. Para fins de demonstração e adequação aos princípios contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de encargos financeiros líquidos para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

## COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### 16. Dividendos a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	-	1.524
COMMIT S.A.	-	1.465
	-	2.989

Os dividendos a pagar se referem aos dividendos complementares obrigatórios de 25% do lucro líquido após as destinações para reservas conforme regido pelo Estatuto social da Companhia. Em 2024 não houve saldo a pagar de Dividendos mínimos obrigatórios porque o valor do pagamento em 2024 de JSCP de R\$ 11.484 correspondente a 26,41% do Lucro Líquido.

### 17. Provisões legais e judiciais

	Trabalhista	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos em 1º de janeiro	54	361
Baixas	(54)	(307)
Saldos em 31 de dezembro	-	54

#### Processos judiciais com probabilidade de perda provável

A Companhia é parte integrante em ações judiciais referentes às questões trabalhistas e cíveis, as quais são consideradas pelos advogados como prováveis de perda e são registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa zero em 2024 (R\$ 54 em 2023). Não tem nenhuma ação classificada com prognóstico de possível perda.

### 18. Patrimônio Líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 78.340 (em 2023, o mesmo), está representado por 26.113.332 (vinte e seis milhões, cento e treze mil e trezentos e trinta e duas) ações ordinárias e 52.226.668 (cinquenta e dois milhões, duzentos e vinte e seis mil e seiscentos e sessenta e oito) ações preferenciais, todas de classe única, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada e inconvertíveis de uma espécie em outra (em 2023, o mesmo).

#### b) Reserva de lucros

A reserva de lucros da Companhia é composta por:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Reserva legal, constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 15.668 (o valor em 2023 era R\$ 15.260). Em 2024 o saldo da conta de Reserva Legal atingiu o limite de 20% do capital social.

Retenção de lucros é R\$ 63.078 (R\$ 65.758 em 2023) e o Resultado a disposição dos acionistas, constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício após as destinações de reservas, distribuições de dividendos obrigatórios e qualquer outra destinação necessária, o montante em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 31.597 (R\$ 37.438 em 2023).

19. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Revenda de gás natural		
Veicular	7.851	10.433
Industrial	593.042	667.526
Industrial - encargo de capacidade	10.788	13.862
Comercial	23.166	21.320
Residencial	12.263	11.233
Cogeração	2.615	2.645
Vendas incorridas e não faturadas	547	(6.515)
Encargos Setoriais	(456)	-
	<u>649.816</u>	<u>720.504</u>
Serviços de transporte de gás natural		
Térmico serviço	10.598	7.044
Vendas incorridas e não faturadas	(389)	861
	<u>10.209</u>	<u>7.905</u>
(-) Deduções da receita		
PIS-PASEP	(9.050)	(9.940)
COFINS	(41.684)	(45.784)
ICMS	(107.755)	(118.009)
ICMS - ST	(213)	-
ISS	(530)	(352)
Devoluções e descontos incondicionais	(11.563)	(1.884)
	<u>(170.795)</u>	<u>(175.969)</u>
	<u><u>489.230</u></u>	<u><u>552.440</u></u>

As vendas incorridas e serviços prestados e não faturadas são originadas pelos ciclos de medição, sendo que parte realizada no mês, fica para faturamento no fechamento do ciclo no mês seguinte, enquanto a apropriação contábil e reflexos tributários são efetuados no mês de competência.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2024	31/12/2023
Compra de gás natural	(463.639)	(585.463)
Provisão Compra de gás natural (a)	(40.783)	-
Transporte de gás natural (a)	(8.396)	-
Pessoal	(6.828)	(6.369)
Outros	(3.654)	(3.788)
Amortização do intangível	(15.945)	(15.261)
(-) Créditos de impostos	124.410	144.522
	<u>(414.835)</u>	<u>(466.359)</u>

(a) Refere-se a compra de gás natural junto a Petrobrás do mês de dezembro de 2024 devidamente entregue, cujo o faturamento ainda não havia sido disponibilizado, porém registrado o seu custo por competência no resultado.

21. Despesas administrativas e gerais

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(19.428)	(21.013)
Serviços de terceiros	(3.050)	(3.520)
Impostos, taxas e contribuições	(3.427)	(4.362)
Penalidades retirada de gás a menor/maior	(1.112)	(1.603)
Perdas com ajustes a valor justo	(3.389)	(1.043)
Amortização	(2.879)	(2.434)
Outros	(3.265)	(1.540)
	<u>(36.550)</u>	<u>(36.502)</u>

22. Outras receitas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Penalidades retirada de gás a menor/maior	1.272	3.015
Ganhos com ajustes a valor justo	2.968	3.094
Ganhos com adiantamentos/serviços não utilizados	3.832	15.119
Ressarcimento de despesas	9.343	58
Outras Receitas	(326)	440
	<u>17.089</u>	<u>21.726</u>

Ganhos com adiantamento/serviços não utilizados

Receita proveniente do registro que a Companhia realizou após ter recebido a comunicação do cliente UTE Três Lagoas com data de 16 de novembro de 2020 manifestando não ter interesse no aditamento ou renovação do contrato de prestação de serviços de distribuição nas mesmas condições que originou os saldos adiantados, foi reconhecida a receita dos adiantamentos considerados irre recuperáveis de acordo com a expectativa de prestação de serviços até o final do contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ressarcimento PIS COFINS pelo Supridor de GN (Gás Natural)

Mediante processo administrativo a Companhia fez pleito (com êxito) ao supridor de GN referente PIS e COFINS cobrado a maior nas faturas de venda de GN para MSGÁS nas quais foi considerado o ICMS na Base de Cálculo no período de maio de 2021 a abril de 2022 no valor bruto de R\$ 9.343.

23. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	11.952	13.599
Juros e multas	233	364
Descontos obtidos	105	94
Juros sobre atualização de ativo financeiro	2.673	476
Outras	293	13
	<u>15.256</u>	<u>14.546</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(288)	(534)
Juros passivos	(3.318)	(4.191)
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	(187)	(231)
Descontos concedidos	(53)	(16)
Atualização conta gráfica	(26)	-
PIS sobre receitas financeiras	(99)	-
COFINS sobre receitas financeiras	(610)	-
Outras	(233)	(273)
	<u>(4.814)</u>	<u>(5.245)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>10.442</u>	<u>9.301</u>

24. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota representa informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo. São adotadas políticas e processos de mensuração e de gerenciamento dos riscos.

a) Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados a seguir.

d) Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	76.575	94.301
Contas a receber	66.591	75.371
Ativo financeiro	43.243	32.419
	<u>186.409</u>	<u>202.091</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia possui adiantamentos ativos no valor de R\$ 32.365 (R\$ 30.846 em 2023), e adiantamentos passivos no montante de R\$ 85.992 (R\$ 71.487 em 2023), que são controlados em quantidades de m<sup>3</sup> de gás natural, sofrendo com isso, variação no valor justo em razão da variação tarifária do gás natural canalizado.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	76.575	94.301	76.575	94.301
Contas a receber	66.591	75.371	66.591	75.371
Ativo financeiro	43.243	32.419	43.243	32.419
	<u>186.409</u>	<u>202.091</u>	<u>186.409</u>	<u>202.091</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	46.435	55.115	46.435	55.115
Empréstimos e financiamentos	4.922	9.806	4.922	9.806
Adiantamento de clientes	85.992	71.487	85.992	71.487
	<u>137.349</u>	<u>136.408</u>	<u>137.349</u>	<u>136.408</u>

25. Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

27. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de comercialização, distribuição e transporte de gás natural canalizado estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

28. Resultados por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela soma da quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro do exercício	43.489	53.630
Número de ações	<u>78.340</u>	<u>78.340</u>
Resultado por ação básico (reais)	<u>0,56</u>	<u>0,68</u>

29. Eventos subsequentes (CPC 24)

A Administração declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

---

Diretor Presidente  
MSGÁS

---

Contador CRCMS 3.294/O-4  
MSGÁS